

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 12

VALOR ONLINE - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Mudar precatórios traz de volta o risco de 'contabilidade criativa'	3
VALOR ONLINE - IMPRESSO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Governo não segue alerta da área técnica do Fisco e inclui receita incerta no Orçamento	5
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Haddad compara representante de contribuinte a detento e gera revolta	7
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Negociações com criptomoedas quebram recorde no Brasil - MERCADO S/A	8
PORTAL UOL SEGURIDADE SOCIAL	
Brasil vai emitir Carteira de Identidade na blockchain (PagBank)	10
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO REFORMA TRIBUTÁRIA	
A elite que envergonha o País (Artigo)	12
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Braga adia apresentação de parecer da reforma	14
PORTAL UOL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Ata do Copom, boas notícias de EUA e China: o que impacta os mercados hoje	15
VALOR ONLINE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Novo ministro promete investimento de R\$ 4 bi para cem aeroportos	16
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Proposta esquisita (Editorial)	20
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Juros: BC descarta acelerar cortes	21
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Lá fora, taxas altas "por mais tempo"	22
O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE ECONOMIA	
Reajuste de mensalidade escolar será maior que a inflação; média é de 9%	23
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Copom "fecha a porta" para redução maior, e mercado vê Selic em 11,75%	25
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	

Cenário indica caminho mais difícil para o BC (Artigo).....	27
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Ação no STF pode resolver impasse dos precatórios (Editorial).....	28
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Alterar classificação de precatórios "não é saudável", diz Lisboa.....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
IA vai estimular mais o crescimento dos EUA do que da China, aponta estudo.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Brasil avança cinco posições em ranking global de inovação.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
"Cenário externo é essencial para o orçamento de cortes da Selic".....	34

Mudar precatórios traz de volta o risco de 'contabilidade criativa'

Por **Marta Watanabe e Guilherme Pimenta** - De São Paulo e Brasília

27/09/2023 05h02 Atualizado há uma hora

A mudança proposta pelo governo federal em relação aos precatórios tem o mérito de assumir pagamentos devidos e eliminar um acúmulo dessas despesas obrigatórias em 2027, mas traz classificação que vai contra os padrões contábeis internacionais e configura "contabilidade criativa", segundo economistas. A tentativa de solução via Judiciário, e não pelo Legislativo, considerado o caminho "natural", também preocupa.

A Advocacia-Geral da União (AGU) encaminhou na segunda-feira, 25, ao Supremo Tribunal Federal (STF) manifestação na qual pede a declaração de inconstitucionalidade de alguns dispositivos das Emendas Constitucionais (EC) nº 113/21 e nº 114/21, que criaram um teto anual para pagamento de precatórios até 2027.

A AGU também pediu que o pagamento do acumulado de precatórios possa ser feito por crédito extraordinário, de forma segregada. O valor principal dos precatórios seria quitado como despesa primária, e os encargos financeiros, como despesa financeira.

"Buscar saída via STF é ruim, é contra a ordem natural das coisas, é querer que o STF legisle", diz Carlos Kawall, sócio fundador da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro Nacional.

A saída via Judiciário é uma "solução forçada", diz Gabriel Leal de Barros, sócio da Ryo Asset e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI). "O local correto para esse debate é o Congresso, onde já há, inclusive, um projeto de lei para modernizar a lei de finanças públicas. A AGU está provocando o STF a violar sua área de competência."

O local correto para esse debate é o Congresso"

- Gabriel Leal de Barros

Há no Congresso a PEC da **reforma tributária**, diz Kawall, a agenda da meta fiscal com as medidas secundárias que o governo tem proposto, "um monte de coisas que são urgentes". "Há grande chance de

isso melindrar mais uma vez o Legislativo e atrapalhar pautas urgentes. A questão dos precatórios não é tão urgente. Isso causa preocupação do ponto de vista do jogo político do governo com o Legislativo."

"O que realmente surpreende mais negativamente é o lado da contabilidade criativa, é querer buscar uma interpretação própria para uma regra que é internacional, via uma decisão do Poder Judiciário", diz Kawall.

O único mérito da proposta, diz, é assumir que o precatório é devido. O economista lembra que em 2021 foi frontalmente contra a criação de um teto para pagamento de precatórios, o que considerou uma "violência jurídica".

Voltar a uma regra anterior à criação de um limite anual para precatórios contribuiria para aumentar a segurança jurídica, defende Kawall. "Mas a proposta quer dar um passo para corrigir um erro que gerou insegurança jurídica por meio de um outro erro."

Tiago Sbardelotto, economista da XP, diz que a proposta "resolve um problema, mas cria outro".

"É positiva ao promover quitação do estoque de precatórios expedidos e não pagos até agora. Ao colocar em dia as obrigações do governo, diminui-se substancialmente a pressão adiante", diz. As informações disponíveis indicam estoque de aproximadamente R\$ 95 bilhões considerando-se os valores acumulados nos orçamentos de 2022, 2023 e 2024.

"Mas a mudança na classificação das despesas é problemática", diz Sbardelotto. Para ele, os precatórios continuam representando obrigações relacionadas à sua natureza original. Os precatórios são dívidas relacionadas a ações judiciais que o governo perdeu de forma definitiva. "Despesas com pessoal que se originam de precatórios continuam sendo despesa de pessoal, ainda que sejam pagas anos depois, logo a natureza primária se mantém", comenta.

O economista lembra que pelo parecer conjunto da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que respalda a iniciativa da AGU, os juros de mora têm natureza autônoma em relação à natureza jurídica da verba em atraso e por

isso não seriam tratados como despesa primária. "Entretanto, pode-se argumentar o mesmo para as receitas decorrentes de juros de mora do pagamento de **tributos**, que são receitas primárias. Logo, acatar a interpretação [do parecer da STN e da PGFN] implica adotar tratamento diferenciado para juros de mora relacionados a receitas e despesas dentro das estatísticas oficiais."

Um entendimento de juros e encargos como despesa ou receita financeira, diz Leal de Barros, poderia até mesmo afetar a arrecadação que o governo almeja com as mudanças no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, que tem parte relevante em juros, multa e mora.

"Parece que se quer legitimar no Judiciário uma mudança à revelia do conceito da norma contábil. Quem zela pela contabilidade do setor público é o FMI, que tem um manual para isso. E quem é o gestor que se atem a esse cálculo, segundo as regras internacionais do FMI, é o Banco Central, não ao Tesouro. Não cabe ao Brasil dizer que a norma contábil não será seguida. Isso é péssimo, é mudar o tamanho da régua", diz Kawall.

Leal de Barros lembra ainda que a lei que rege a contabilidade pública no Brasil não autoriza esse "entendimento heterodoxo" nos precatórios de que o principal é primário e os juros ou correção monetária são despesa financeira.

Para Kawall, o governo poderia propor um tratamento extraordinário para os precatórios em 2024 em relação ao limite de gastos, mas contabilizando todos os pagamentos como despesa primária. "Porque no final não faz diferença do ponto de vista da dívida bruta se é despesa financeira ou despesa primária. Qual o benefício de se colocar a parte de precatórios ligada a juros fora da despesa primária? Isso ao longo do tempo pode gerar mais espaço para gastos numa situação em que se sabe que está muito difícil o cumprimento das metas estabelecidas", diz, acrescentando que também é preocupante eventual intenção de abrir mais espaço para gasto primário.

A mudança em precatórios não deve afetar o Orçamento de 2024, avalia Sbardelotto. "A princípio, diz ele, o Orçamento de 2024 tem uma previsão de R\$ 16 bilhões destinados integralmente ao pagamento de precatórios expedidos e não pagos, provavelmente do ano de 2022", diz ele, lembrando que há uma "fila" criada pela EC 114/2021, que trouxe limites e condições para esses pagamentos. Com o pagamento desses precatórios, diz, o valor deve ser preenchido por precatórios que seriam pagos regularmente em 2024, o que não altera a previsão orçamentária.

Na avaliação de Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, o governo acerta no sentido de dar encaminhamento à questão dos precatórios, que poderia significar, por si só, um déficit acima de 1% do **PIB** em 2027. Ela argumenta, no entanto, que o tratamento contábil deveria ser outro. "O pagamento precisa ser considerado como despesa primária e a discussão sobre excluí-lo dessa contabilidade é bastante negativa, passa a falsa impressão de que existe espaço para crescimento de outros gastos e a expansão fiscal efetiva poderia ser ainda maior entre 2023 e 2024", diz.

Do ponto de vista do mérito, o advogado Eduardo Gouvêa, presidente da Comissão de Precatórios da OAB-RJ e ex-presidente da Comissão de Precatórios da OAB Nacional, considera que o encaminhamento via Supremo é a melhor solução. "O Supremo não pode limitar sua própria atuação como poder independente, já que o Judiciário fixa seu pagamento obrigatório e o Legislativo e Executivo limitam esse cumprimento."

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Mudar precatórios traz de volta o risco de "contabilidade criativa"

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/09/27/mudar-precatorios-traz-de-volta-o-risco-de-contabilidade-criativa.ghtml>

Governo não segue alerta da área técnica do Fisco e inclui receita incerta no Orçamento

Por Jéssica Sant'Ana - De Brasília

O governo ignorou alerta feito pela área técnica da **Receita Federal** e incluiu no Orçamento do ano que vem a previsão integral de arrecadar R\$ 35 bilhões com a medida provisória (MP) nº 1.185, apesar das incertezas sobre a estimativa. A MP muda as regras de tributação dos incentivos fiscais de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e retoma a diferença na tributação federal para subvenções a custeio e investimento, com previsão de crédito no Imposto de Renda neste segundo caso.

O Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (Cetad) da Receita calculou que a chamada "MP das subvenções" tem potencial de elevar a arrecadação federal em R\$ 35,347 bilhões em 2024, com a recomposição da base de cálculo dos **tributos** federais IRPJ, CSLL e PIS/Cofins. O problema é que esse montante embute "grau de incerteza", segundo nota técnica obtida com exclusividade pelo Valor, por meio da Lei de Acesso à Informação. Os técnicos afirmam que a concretização da receita depende de diversos "eventos futuros e incertos". Por isso, recomendam cautela ao governo ao usar a estimativa, diante da possibilidade de frustração de receita. Um dos motivos é o fato de não se conseguir medir a alteração do comportamento dos contribuintes atingidos com o aumento de tributação.

A MP nº 1.185 é uma das principais apostas do governo para zerar o déficit das contas públicas no ano que vem, ao lado de iniciativas como o retorno do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Ao todo, o Executivo precisa de R\$ 168,5 bilhões em receitas adicionais para cumprir a promessa.

Pesquisador do Insper, Marcos Mendes diz que o governo está sendo "excessivamente" otimista com as projeções de receita para 2024. "Essa medida está sujeita a judicialização e forte resistência no Congresso", alerta. A Instituição Fiscal Independente (IFI) calcula que a MP deve render apenas R\$ 3,5 bilhões no ano que vem, 10% do que o governo espera arrecadar. O principal motivo é justamente a possibilidade de litígios judiciais.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Governo não segue alerta da área técnica do Fisco e inclui receita incerta no Orçamento

Site:

<https://valor.globo.com/impreso/noticia/2023/09/27/governo-nao-segue-alerta-da-area-tecnica-do-fisco-e-inclui-receita-incerta-no-orcamento.ghtml>

Haddad compara representante de contribuinte a detento e gera revolta

Carf

valor.globo.com/legislacao

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187670>

Negociações com criptomoedas quebram recorde no Brasil - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

O longo inverno das criptomoedas, com cotações em baixa, corretoras quebradas e valores surrupiados de investidores não foram suficientes para diminuir o interesse dos brasileiros por esses ativos. Dados compilados pela **Receita Federal** mostram que 4,1 milhões de CPFs fizeram transações com moedas virtuais em julho - é o número mais alto da história. Entre as empresas, outro recorde, com 92,1 mil CNJPs negociando ativos no mês. O que surpreende é que os criptoativos já rivalizam com investimentos tradicionais, como renda fixa e ações, modalidades, ressalte-se, muito menos arriscadas. As moedas virtuais estão na mira das autoridades. Ontem, por exemplo, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga pirâmides financeiras aprovou um pedido de quebra do sigilo bancário e fiscal de empresas que atuam no ramo de intermediação de criptos. Ou seja, todo cuidado é pouco para se aventurar nesse mundo.

Serasa renegocia dívidas de 4,4 milhões de brasileiros

Os altos índices de inadimplência levam empresas do ramo de análise de crédito a quebrar recordes. Entre julho e agosto, a Serasa registrou o maior número de renegociações de dívidas de sua história. Nos dois meses, 4,4 milhões de brasileiros buscaram as plataformas da empresa para quitar débitos - no mesmo período do ano passado, o contingente foi de 3,4 milhões. Desta vez, os descontos concedidos aos endividados somaram R\$ 26 bilhões, outro recorde. Com a inadimplência alta, o consumo trava.

Vale aposta em novo método de produção sustentável

Na nova era da sustentabilidade, empresas de diversos setores buscam meios de reduzir os impactos ambientais de suas atividades. A Vale assinou, ontem, um memorando de intenções com o Porto de Açú, no Rio de Janeiro, para o desenvolvimento de um hub voltado à produção sustentável de briquete de minério de ferro. De acordo com a empresa, o processo consiste em usar um método conhecido como "redução direta", que é uma alternativa menos poluente à queima de combustíveis fósseis.

Caixa atinge R\$ 700 bilhões em carteira de crédito imobiliário

A Caixa Econômica Federal atingiu a notável marca de R\$ 700 bilhões em sua carteira de crédito imobiliário. São atualmente 6,6 milhões de contratos ativos, número que representa um crescimento de cerca de 10% em relação a dezembro de 2022. Apesar dos números superlativos, o mercado de crédito imobiliário tem sofrido nos últimos anos com os juros altos. Em 2023, houve um ensaio de retomada. No primeiro semestre, o total de imóveis vendidos no país cresceu 9% em relação ao mesmo período de 2022.

Rapidinhas

» A Inteligência Artificial receberá uma enxurrada de recursos nos próximos anos. De acordo com novo estudo realizado pela agência Bloomberg Intelligence, os investimentos na área somaram US\$ 40 bilhões em 2022. Em uma década, o volume de aportes deve alcançar US\$ 1,3 trilhão, um pouco menos do que o **PIB** brasileiro.

» A Amazon vai investir US\$ 4 bilhões na desenvolvedora de inteligência artificial Anthropic. Fundada em 2021, a startup é a criadora do assistente virtual conhecido como Claude, rival do ChatGPT, da OpenAI. O curioso é que o Google também detém participações na Anthropic. Em maio, investiu cerca de US\$ 400 milhões na empresa.

» O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a compra de 51% da Bluefit, rede com 130 academias espalhadas por diversos estados brasileiros, pela MC Brazil, sociedade pertencente ao Mubadala Capital, fundo soberano do governo de Abu Dhabi. Depois de seis meses de negociações, a operação foi fechada por R\$ 464 milhões.

"O mundo não está preparado para juro de 7% nos Estados Unidos. Warren Buffett diz que você descobre quem está nadando nu quando a maré está baixa. Esta será a maré baixando" Jamie Dimon, presidente do banco americano JP Morgan

0,35% foi quanto subiu o IPCA-15, considerado a prévia da **inflação**, em setembro, segundo o IBGE. A alta ficou ligeiramente abaixo da expectativa do mercado, que era de 0,37%

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasilien>

se/2023/09/27/all.pdf

Brasil vai emitir Carteira de Identidade na blockchain (PagBank)

Nicolas Meireles Nogueira 27/09/2023 04h00

O governo vai começar a emitir a Carteira de Identidade Nacional (CIN) na blockchain, segundo anúncio do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), em uma tentativa de prevenir fraudes e aumentar a consistência do registro dos dados nos órgãos públicos.

Quer entender qual é a importância do registro da identidade pessoal na blockchain? Vem com a gente!

Estados vão começar a emitir documento pela blockchain. A partir das próximas seis semanas, Goiás, Paraná e Rio de Janeiro implementarão o sistema de emissão de carteira de identidade criado pela Serpro, seguidos pelos demais estados na sequência. Até 6 de novembro, todos os órgãos expedidores deverão adotar o novo modelo, segundo a Serpro.

A adoção do registro na blockchain "desempenha um papel fundamental na proteção dos dados pessoais e na prevenção de fraudes", de acordo com Alexandre Amorim, presidente da Serpro.

Um dos benefícios da adoção da blockchain, segundo Amorim, é a imutabilidade dos dados. O uso da blockchain torna praticamente impossível alterar ou falsificar informações, na visão dele.

Além disso, a blockchain permite a descentralização dos registros. A base de dados é distribuída em várias máquinas e nós da rede, o que diminui a vulnerabilidade a ataques cibernéticos, segundo a Serpro.

A blockchain, ou "cadeia de blocos", em tradução livre, é uma base de dados descentralizada e criptografada.

Pode ser usada para além das criptomoedas. O primeiro sistema a utilizar a tecnologia com sucesso foi o bitcoin, criptomoeda lançada em 2009 para permitir transações sem a necessidade de intermediários. Desde então, a blockchain ganhou tração e passou a ser utilizada em várias aplicações para além de transferência de dinheiro, incluindo a de registro confiável de dados para cartórios e órgãos públicos.

Os blocos de informações são ligados em sequência e

criptografados. Então, não é possível alterar as informações contidas neles depois de um determinado tempo. Quando um dado é alterado em um bloco, por menor que ele seja (como uma data de nascimento ou um sobrenome), todos os blocos que vêm na sequência se tornam inválidos, tornando fácil a identificação e exclusão das informações falsas.

Desta forma, os registros permanecem para sempre na blockchain. Isso evita fraudes e permite consultar registros com facilidade por qualquer pessoa ou entidade que tiver acesso às informações.

No caso da nova Carteira de Identidade, há um QR Code que permite a consulta à blockchain para validar as informações contidas no documento. Finalmente, outra novidade é a adoção do CPF como número de registro nacional, evitando que uma mesma pessoa possua registros diferentes em cada estado.

Quer se aprofundar no universo dos criptoativos? Acompanhe os artigos do PagBank PagSeguro no UOL Economia!

Quer se aposentar cedo, viver de renda e ter uma vida tranquila? Investir pensando na aposentadoria é um sonho comum. Mas o que muitos não sabem é que planos de previdência não são os únicos produtos que podem ajudar com esse objetivo. O UOL tem um Aulão, com três lives, sobre o tema "Como se aposentar sem depender do **INSS**". Assinantes podem rever as aulas quantas vezes quiserem e têm acesso aos três textos na íntegra.

O primeiro aulão foi sobre como se planejar para a aposentadoria. O segundo, sobre como escolher o melhor fundo de previdência. Já o terceiro aulão ampliou os horizontes e indicou que outros investimentos podem ser usados para guardar dinheiro para o futuro, muito além da previdência.

Assista ao aulão no Papo com Especialista, programa ao vivo do UOL, todas as quintas-feiras, das 16h às 16h40. Assine aqui e participe!

A última série do Papo com Especialista foi sobre como chegar a R\$ 1 milhão - ou qualquer outro valor - e investir seu dinheiro de acordo com seu perfil, sonho e prazo. Para saber mais, acesse "Quer ser milionário? Veja como investir e o que não te contam".

Você quer aprender a ganhar dinheiro com segurança em investimentos no curto, médio e longo prazo, mesmo que nunca tenha investido? O UOL tem uma newsletter diária gratuita que o ajuda nesse objetivo. Assine o Por Dentro da Bolsa aqui . Você recebe todos os dias, antes da abertura da Bolsa, uma análise do mercado feita pela equipe do PagBank Investimentos para aprender a investir melhor.

Você também recebe, semanalmente, uma análise sobre investimentos, com dicas sobre como aplicar melhor o seu dinheiro. Para assinar a newsletter gratuita de investimentos do UOL, é só clicar aqui. UOL Investimentos ainda tem diversos conteúdos diários que te ajudam a lidar melhor com seu dinheiro.

Tem dúvidas sobre ações, fundos e outros investimentos da Bolsa? Envie sua pergunta para uoleconomiafinancas@uol.com.br .

Site:

<https://economia.uol.com.br/mais/pagbank/2023/09/27/carteira-de-identidade-nacional-blockchain-criptomoedas.htm>

A elite que envergonha o País (Artigo)

Luiz Felipe D'Ávila

Luiz Felipe D'Ávila - CIENTISTA POLÍTICO, AUTOR DO LIVRO "10 MANDAMENTOS - DO BRASIL QUE SOMOS PARA O PAÍS DE QUEREMOS", FOI CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A verdadeira elite não tem nada que ver com poder, dinheiro ou privilégios.

Como bem definiu Ortega y Gasset, elite "é sinônimo de vida dedicada, sempre disposta a superar a si mesma, a transcender do que já é para o que se propõe como dever e exigência". A verdadeira elite se define pela "exigência e pelas obrigações - não pelos direitos". Se usarmos a definição de Ortega y Gasset, concluiremos que a elite brasileira envergonha o País.

O comportamento da elite econômica é motivo de opróbrio.

Dependente de subsídios, favores do governo e reserva de mercado, o centrão empresarial sempre corteja o governo do dia - não importa se o presidente é um populista de esquerda ou de direita. Se atuasse como verdadeira elite, não estaria dilapidando a **reforma tributária** com a defesa de seus interesses mesquinhos porque sempre acha que o seu setor é "estratégico" e merece tratamento especial. Assim, dinamita a reforma e corremos o risco de perpetuar a existência do manicômio tributário, cujo contencioso representa mais de 70% do **PIB**, ante 0,28% dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Deve-se muito a essas atitudes da elite a perda de competitividade e de produtividade que vem condenando o País ao baixo crescimento econômico nos últimos 40 anos.

O comportamento da elite política é igualmente vergonhoso.

Enquanto os principais países emergentes abriram a economia, investiram na educação pública de qualidade e aumentaram a eficiência do Estado, o Brasil seguiu o caminho inverso. Manteve o País entre as economias mais fechadas do mundo, figura nos exames de avaliação internacional entre os piores sistemas educacionais do planeta e, graças à captura do Estado pelos interesses corporativistas, continua prestando serviço público de péssima qualidade e liderando os indicadores de insegurança jurídica.

Triste retrato de um país onde as reformas institucionais são lentas, tímidas e insuficientes para colocar o Brasil no caminho do crescimento econômico sustentável, da democracia plena e de um país com regras previsíveis e confiáveis.

O comportamento da elite intelectual e cultural é patético.

Sua afinidade ideológica com a esquerda e sua subserviência às verbas públicas para financiar suas atividades profissionais destroem o pensamento crítico. Sua condescendência com um presidente da República que afaga ditaduras na política externa, sabota os avanços institucionais - como o Marco do Saneamento, a reforma do ensino médio e a reforma trabalhista - e diz que o seu objetivo na Presidência é vingar-se do senador Sergio Moro é abominável. Seu silêncio sepulcral em relação à rápida erosão do Estado de Direito é vergonhoso.

O Brasil vive um clima de censura comparável apenas ao dos governos autoritários. Voltamos a conviver com violações de liberdades de pensamento e de expressão, ameaça de cassação de órgãos de imprensa, ingerência do Poder Judiciário na esfera do Legislativo e revisionismo histórico. A diferença é que, desta vez, tal arbitrariedade é exercida pelo Supremo Tribunal Federal, justamente o Poder que deveria zelar pelo Estado Democrático de Direito e pela Constituição.

A decisão patética do ministro Dias Toffoli tratando os escândalos de corrupção desvendados pela Lava Jato como obras de ficção de procuradores, juízes e investigadores mal-intencionados é um acinte numa nação onde a institucionalização da corrupção vem corroendo a credibilidade das instituições e a confiança nas leis e na democracia.

Qual é a solução para assumirmos as rédeas do País e escantear a elite decadente e os populistas?

Precisamos nos unir em torno de uma agenda de país.

Essa agenda tem de contemplar a abertura econômica, a liderança do Brasil na economia de baixo carbono, a educação pública de qualidade e a defesa do Estado democrático que serve ao cidadão - e não aos interesses das corporações. Para cada um desses objetivos, temos de estabelecer metas concretas para atingirmos até 2030.

Na abertura econômica, precisamos dar um salto da vergonhosa 127.^a posição no Índice de Liberdade Econômica para a 30.^a posição (Heritage Foundation).

No meio ambiente, o Brasil tem de ser a primeira nação do mundo entre as dez maiores economias a se tornar carbono neutro. Na educação, precisamos figurar entre os 20 melhores países no exame do Pisa. No quesito do Estado eficiente, são três objetivos: combater a corrupção e estar entre os 40 países menos corruptos do mundo (Corruption Perceptions Index), acabar com a extrema pobreza e combater a epidemia do crime, colocando o Brasil entre os dez países menos violentos do G20.

A Agenda Brasil 2030 tem como objetivo unir a sociedade civil em torno do resgate do Estado de Direito, da democracia, do crescimento econômico sustentável e da igualdade de oportunidade. Como disse John Kennedy, presidente dos Estados Unidos, "não pergunte o que o seu país pode fazer por você. Pergunte o que você pode fazer para o seu país". A construção do Brasil que queremos vai depender das nossas escolhas, ações e atitudes.

Para assumirmos as rédeas do Brasil e escantear a elite decadente e os populistas, precisamos nos unir em torno de uma agenda de país

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Braga adia apresentação de parecer da reforma

GABRIEL HIRABAHASI e MARLLA SABINO/ BRASÍLIA

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da **reforma tributária**, confirmou ontem que não apresentará o parecer da proposta na semana que vem, como já havia previsto.

Pelas redes sociais, o parlamentar disse acreditar que é possível apresentar o parecer até o dia 20 de outubro.

Braga disse que o grande número de emendas recebidas, as audiências públicas realizadas e um acidente que sofreu são os principais motivos para o adiamento. "São praticamente 200 emendas já apresentadas, eu não vou apresentar o relatório na semana que vem, é impossível", disse. "O calendário que apresentamos é que até o final de outubro nós apresentaríamos um relatório. Este calendário e cronograma assumido por (Rodrigo) Pacheco (presidente do Senado) está de pé."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Ata do Copom, boas notícias de EUA e China: o que impacta os mercados hoje

PagBank Investimentos 27/09/2023 08h30

Veja as principais notícias que impactam o seu bolso hoje.

Assista ao vivo aos destaques dos mercados, com análises dos especialistas de Research do PagBank, e se prepare para investir melhor.

Acompanhe o programa diariamente, de segunda a sexta-feira, às 8h40, e fique bem informado sobre todas as notícias e mudanças que impactam os mercados. Aproveite também para tirar suas dúvidas sobre investimentos.

O programa é apresentado pela equipe de Research e Economia do Pagbank.

Conheça a página de Investimentos do UOL , onde você tem orientações sobre como investir melhor para conquistar um sonho e garantir seu futuro.

Tem dúvidas? Envie sua pergunta para uoleconomiafinancas@uol.com.br .

Veja a análise do dia no vídeo a seguir, confira os destaques noticiosos mais abaixo e tenha um bom dia de investimentos:

A ata do Copom e a prévia da **inflação** (IPCA-15) não animaram os mercados no Brasil. As divulgações de ontem (26) não deram espaço para que os investidores projetem um corte mais agressivo nos juros na próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) - o que ainda repercute na Bolsa hoje. Segundo a ata, o cenário ainda inspira cautela, reforçando a serenidade e moderação que o Banco Central tem adotado . Paralelamente, rumores de que a tramitação da **reforma tributária** vai atrasar também vêm estressando o mercado. Sem mais indicadores importantes a serem divulgados, destaque apenas para a reunião do presidente Lula (PT) com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Os futuros americanos operam em alta após acordo entre republicanos e democratas. Situação e oposição concordaram em prorrogar temporariamente o financiamento do governo até meados de novembro, eliminando o risco de paralisação iminente. Essa

ameaça era uma das preocupações que pressionavam os mercados, juntamente com a expectativa de juros altos por um longo período nos Estados Unidos e a crise na China. Os investidores ainda aguardam a divulgação dos estoques de petróleo bruto, com previsão de queda de 600 mil barris.

As Bolsas europeias também sobem, em meio à perspectiva de juros altos por mais tempo. Os mercados locais ainda repercutem as notícias positivas vindas dos EUA e da China, além de novos dados da Alemanha. O índice GfK de confiança do consumidor ficou em -26,5 em outubro, abaixo das expectativas do mercado.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/pagbank-investimentos/2023/09/27/confira-as-noticias-que-vaomexer-com-o-seu-bolso-hoje.htm>

Novo ministro promete investimento de R\$ 4 bi para cem aeroportos

Por João Valadares e Andrea Jubé - De Brasília

27/09/2023 05h02 Atualizado há uma hora

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), confirmou em entrevista ao Valor que há estudos em andamento para a construção de um novo aeroporto próximo à cidade de São Paulo. Como a expectativa é que nos próximos cinco anos haja um crescimento de 5% a 10% na aviação nacional, ele afirma que será preciso ampliar a infraestrutura aeroportuária do país.

O ministro ressaltou que, ao seu ver, "no momento, não existe a necessidade de um novo aeroporto em São Paulo". Mas reconheceu que está sendo feita "uma avaliação", e conversas "com o governo do Estado e, naturalmente, com outros aeroportos".

Sobre a crise do Galeão, Costa Filho confirmou a reunião com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), na capital fluminense, no dia 2 de outubro, para tentarem encontrar uma proposta definitiva para o terminal.

Costa Filho afirmou que está atuando para aproximar o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (também do Republicanos), do governo federal, a fim de ampliar parcerias administrativas.

No dia 19, ele participou de uma reunião entre Tarcísio e o ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), no Palácio do Planalto para tratar dos investimentos federais no Estado. Tarcísio é um dos principais aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e desponta como presidenciável em 2026. O novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vai investir R\$ 179,6 bilhões em obras de infraestrutura em São Paulo.

O ministro disse que não está no radar do governo a privatização do porto de Santos, mas revelou que deseja avançar nas parcerias público-privadas (PPPs) no local. Ele ainda anunciou que sua pasta vai incorporar a área de hidrovias, que sairá do Ministério dos Transportes.

Acho que no momento não existe a necessidade de um novo aeroporto em São Paulo"

Apesar da postura de "independência" do Republicanos no plano nacional, o ministro garantiu que a bancada do partido na Câmara dos Deputados entregará de 80% a 85% dos votos ao governo nas matérias econômicas e de interesse do país. Ele diz que seu desafio será "colocar o ministério na agenda nacional de desenvolvimento econômico, e a agenda portuária, de aeroportos e de hidrovias na ordem do dia". A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: A **reforma ministerial** feita pelo presidente Lula teve como objetivo ampliar a base no Congresso, mas o Republicanos tem defendido uma postura de independência. Afinal, o partido é governo ou não?

Silvio Costa Filho: Todos sabem que sempre tive um alinhamento com o presidente Lula. Digo sempre que sou lulista pela relação que a gente construiu. Quando houve o convite para ingressar como ministro [no governo], o partido compreendeu que era convite pessoal do presidente Lula, e também uma sinalização de alguém que quer cada vez mais dialogar com os Republicanos. Agora, nós do Republicanos vamos atuar de maneira colaborativa.

Valor: Como será essa colaboração com o governo?

Costa Filho: Nesse primeiro semestre, o partido foi um dos que mais votaram com o governo. Em 87% das principais votações no primeiro semestre, o partido votou com o governo. Então, todas as pautas econômicas de interesse do país, que prezem pela responsabilidade fiscal, pelo equilíbrio das contas públicas, e pela retomada do investimento, eu tenho muita confiança de que o presidente Lula vai contar com o apoio da bancada do nosso partido.

Valor: É possível ampliar o percentual de fidelidade nas votações?

Costa Filho: Eu acho que depende da votação. Por exemplo, uma matéria que trata do aumento do Bolsa Família, que trate de retomada do investimento, de programas como Minha Casa, Minha Vida, de benefícios sociais, de programas que possam estimular o crescimento econômico, matérias como a **reforma tributária**, eu tenho muita confiança que pode contar até com a grande maioria do partido. Depende da pauta. Se for de costumes [é mais difícil].

Valor: O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, é do seu partido, e lembrado por aliados como nome para a disputa presidencial em 2026. Como o senhor enxerga essa situação?

Costa Filho: Primeiro, 2026 está muito distante. O governador terá a oportunidade ainda ser candidato à reeleição. Falar sobre as eleições de 2026 é contraproducente. O momento agora é de construirmos unidade. Tenho trabalhado na direção de aproximar o governador Tarcísio do governo do presidente Lula para ampliarmos as parcerias administrativas. Recentemente [no dia 19 de setembro], fizemos uma conversa do ministro Rui [Costa], da Casa Civil, com o governador Tarcísio, onde tratamos do túnel Santos-Guarujá, que é a maior obra do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento].

Valor: Essa aproximação é possível?

Costa Filho: Quando São Paulo vai bem, o Nordeste vai bem, o Norte vai bem e, naturalmente, o resto do país. A orientação do presidente Lula é essa. É para que nós possamos dialogar com todos os governadores do Brasil, com todos os prefeitos, e é o que estamos fazendo.

Estamos remodelando o 'Voa, Brasil' e vamos construir o 'Voa, Brasil' internacional"

Valor: O senhor já abriu a agenda para governadores e prefeitos?

Costa Filho: Nesses últimos dez dias, já tive a oportunidade de receber oito governadores para tratar de pautas administrativas para os Estados, desde novas linhas de aviação, incentivando a aviação regional, até novos aeroportos, novo portos, o que é fundamental para geração de emprego e renda no Brasil. O presidente nos orientou para cada vez mais o ministério atuar de maneira transversal com Estados e municípios.

Valor: Quantos bilhões do novo PAC estão disponíveis para o ministério e, especificamente, para essa obra do túnel Santos-Guarujá em São Paulo?

Costa Filho: Há uma cartela de projetos de quase R\$ 70 bilhões, sendo R\$ 52 bilhões endereçados a portos e hidrovias. São mais de 65 novos terminais de uso privado (TUPs). Temos a maior obra do PAC, que é o túnel Santos-Guarujá, fundamental para a mobilidade urbana, requalificação de palafitas, e escoamento da produção naquela região, sobretudo, o porto de Santos, o maior da América Latina, que representa mais de 30% da corrente de exportação do Brasil.

Valor: Já existe uma agenda avançada para portos e hidrovias?

Costa Filho: A gente quer perseguir a agenda hidroviária. Hoje o Brasil tem 18 mil quilômetros de hidrovias, mas tem um potencial para chegar a 42 mil quilômetros. A cada 25 novas barcas, você consegue retirar 1.200 caminhões das estradas. A gente quer, ao lado do ministro Renan Filho [Transportes], criar a Secretaria Nacional de Hidrovias. Queremos desenhar uma política pública permanente com novas embarcações, novas áreas de escoamento de produção. Hoje 3% das exportações no Brasil passam pelos nossos aeroportos, e 95% das exportações, pelos portos.

Valor: A questão hidroviária vai migrar do Ministério dos Transportes para Portos e Aeroportos?

Costa Filho: Exatamente. Eu conversei com o ministro Renan Filho e com a Casa Civil para criarmos aqui no ministério, de comum acordo, a Secretaria Nacional de Hidrovias.

Valor: Qual o projeto para essa nova secretaria?

Costa Filho: Temos a possibilidade de buscar recursos para potencializar o crédito através do fundo da Marinha Mercante. Em segundo lugar, muitos grupos privados têm interesse em comprar embarcações. Com isso, além de ajudar na mobilidade, a gente vai potencializar o relançamento da agenda de estaleiros no Brasil. Terceiro, tem um conjunto de investimentos em dragagens e escoamento de novos destinos que vão ajudar também a interligar nossos portos.

Valor: O senhor já está administrando um problema na área de hidrovias?

Costa Filho: Hoje [terça-feira] estamos fazendo uma reunião articulada com o Ministério dos Transportes. Vamos trazer os governadores do Amazonas, Wilson Filho, e de Rondônia, coronel Marcos Rocha, e as bancadas federais para tratar da seca no rio Madeira, infelizmente, 40% maior em relação ao ano passado, que está prejudicando o escoamento da produção.

Valor: O senhor decidiu manter a autoridade portuária de Santos?

Costa Filho: Exatamente, nós recebemos boas informações sobre o presidente [do porto de Santos] Anderson Pomini. Ele tem feito o aprimoramento da governança, apresentou um plano estratégico de investimento, e está dialogando com os servidores e com o setor produtivo.

Valor: O governador Tarcísio defende a privatização do porto de Santos, mas o governo federal é contra. Como a situação foi resolvida?

Costa Filho: O governador Tarcísio sabe que privatização é decisão de governo federal, e essa orientação é pela não privatização da autoridade portuária. Mas o que vamos fazer é avançar nas PPPs [Parcerias Público-Privadas] dentro do porto de Santos na mobilidade urbana, na ampliação de novos terminais e dos serviços de tecnologia internamente para aprimorar os procedimentos.

Valor: Esse projeto só vale para o porto de Santos?

Costa Filho: Também para as seis docas que são de responsabilidade do ministério. O Brasil tem 255 portos. Deste total, 18 são portos delegados para Estados ou municípios tocarem. Dos seis sob a atribuição do ministério, vamos desmembrar o porto de Maceió.

Valor: Por que essa decisão em relação a Maceió?

Costa Filho: Porque hoje quem cuida do porto de Maceió é o governo do Rio Grande do Norte. Dando autoridade ao porto de Maceió, será possível tocar a agenda [própria] de investimentos, e passarmos a ter sete docas de responsabilidade do ministério.

Valor: Haverá mudanças na Infraero?

Costa Filho: A princípio, o presidente Rogério Barzellay vai ficar. Já nos reunimos, ele apresentou o plano estratégico que está desenhando, vamos desenhar juntos uma agenda aeroportuária que vai desde a melhoria dos aeroportos, como os investimentos. A meta é que nos próximos quatro anos, possamos fazer em torno de cem novos aeroportos, entre novos e requalificação dos já existentes para ampliar a aviação regional do Brasil. Estamos falando em investimentos de quase R\$ 4 bilhões.

Valor: Há previsão de um terceiro aeroporto próximo da cidade de São Paulo?

Costa Filho: Existem estudos que estão sendo analisados. Eu acho que esse é um debate que, mais cedo ou mais tarde, nós iremos fazer. Eu vou procurar o governador Tarcísio, vamos conversar com as companhias aéreas, com os aeroportos para fazer uma avaliação se será preciso agora um novo aeroporto, ou daqui a cinco ou dez anos. Os estudos estão sendo analisados para, na hora certa, a gente dialogar com todos os agentes institucionais e, a partir daí, tomar uma decisão.

Valor: O que motivou esses estudos?

Costa Filho: A gente espera para esses próximos cinco anos um crescimento em torno de 5% a 10% [da demanda] na aviação brasileira. Inegavelmente, vai ser preciso a ampliação de aeroportos no Brasil. Mas acho que no momento não existe a necessidade de um novo aeroporto em São Paulo.

Valor: O senhor já tem uma proposta para a crise do Galeão, no Rio de Janeiro?

Costa Filho: Já me reuni com as companhias aéreas e elas vão apresentar uma sugestão. Tem aquela decisão de 10 milhões de voos num raio de 400 quilômetros. Agora eu não vou dar nenhum passo sem ouvir o prefeito do Rio, Eduardo Paes, que tem defendido a importância do Galeão. Vamos nos reunir na próxima segunda-feira [2] para construirmos uma proposta definitiva, que vai dar previsibilidade para o "trade" turístico e para as companhias aéreas.

Valor: As passagens continuam com preços elevados. O senhor tem alguma proposta para mudar esse cenário?

Costa Filho: A gente tem articulado isso com as companhias aéreas. Já tive duas, três reuniões com os presidentes dessas companhias para saber de que forma a gente pode baixar o preço das passagens. Agora é importante registrar que o custo médio anual da passagem está em R\$ 635.

Valor: Mas quais as propostas para baixar os preços?

Costa Filho: Um problema é o custo da operação da aviação no Brasil. Na Europa e nos Estados Unidos, o custo do querosene da aviação nacional representa em torno de 22% do custo total da operação. No Brasil, esse percentual está em torno de 40%. Então, a gente está conversando com o Ministério de Minas e Energia, com a Casa Civil, com o Ministério do Turismo e com a Petrobras para saber se é possível reduzir o preço do querosene.

Valor: A desoneração tributária no setor é essencial para baixar o custo das passagens?

Costa Filho: Nós já reunimos com o Ministério da Fazenda. Temos três prioridades. A primeira é a manutenção do Reporto, desoneração fundamental para a agenda portuária. A segunda é em relação ao Fnac [Fundo da Aviação Nacional], que significa crédito para as companhias aéreas. E o terceiro é o fundo da Marinha Mercante. Em 2023, vai ter arrecadação de R\$ 8 bilhões.

Valor: O programa "Voa, Brasil" com passagens de até

R\$ 200 está de pé?

Costa Filho: Sim, estamos remodelando o "Voa, Brasil" com as companhias aéreas e com o Ministério do Turismo, e vamos construir o "Voa, Brasil" internacional.

Valor: O sr. foi relator do projeto da autonomia do Banco Central, e se aproximou do presidente Roberto Campos. Tem conversado com ele sobre a queda da taxa de juros?

Costa Filho: Sempre que possível a gente conversa. Os juros no Brasil estão muito altos. É preciso que a gente possa perseguir nos próximos seis meses uma redução ainda maior na taxa de juros. Eu acho que a autonomia do Banco Central foi fundamental para o Brasil, porque melhorou a nossa governança internacional e melhorou a imagem do Brasil ante os agentes econômicos, tanto que a nossa nota de crédito vem melhorando. Entretanto, a gente precisa buscar uma redução da taxa de juros.

Valor: O presidente Lula pensa diferente do senhor em relação à autonomia do Banco Central. O senhor sente algum desconforto com isso?

Costa Filho: Não, de forma alguma. O presidente Lula sabe da nossa posição, e isso faz parte da beleza da democracia. Mas eu concordo com o presidente sobre a importância da gente baixar a taxa de juros.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Novo ministro promete investimento de R\$ 4 bi para cem aeroportos

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/09/27/novo-ministro-promete-investimento-de-r-4-bi-para-cem-aeroportos.ghtml>

Proposta esquisita (Editorial)

O governo Lula recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar o limite ao pagamento de precatórios estabelecido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. A solicitação está em uma petição da Advocacia-Geral da União (AGU), apresentada no contexto de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adin) protocoladas pelo PDT e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Na peça, o governo solicita ao STF que reconheça a inconstitucionalidade das emendas constitucionais que impuseram um teto anual aos precatórios e autorize a abertura de R\$ 95 bilhões em créditos extraordinários para quitar o estoque que ficou para trás. É o tipo de medida perigosa que merece uma análise cautelosa, levando em conta a origem do problema e a solução elaborada, bem como todas as suas implicações.

Tudo começou em 2021, quando o então ministro da Economia Paulo Guedes comparou as dívidas da União já reconhecidas pela Justiça a um "meteoro".

A estratégia não enganou ninguém.

Era uma desculpa para adotar medidas populistas que não cabiam no Orçamento nem no teto de gastos às vésperas da campanha de Bolsonaro à reeleição.

Para dar ares de legalidade a esse calote institucionalizado, o Executivo recorreu a uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que, por óbvio, jamais contou com o apoio deste jornal (ver o editorial Calote e reeleição, de 24/9/2021).

Dito isso, ninguém haveria de criticar um governo que desiste dessa burla para retomar o pagamento dos precatórios com regularidade. Em tempos estranhos, pode parecer algo inovador ou revolucionário, mas é bom lembrar que pagar dívidas em dia é uma obrigação de todo e qualquer governo.

Mas o diabo, como todos sabem em Brasília, mora nos detalhes. Sem espaço no Orçamento para quitar todos os valores atrasados sem descumprir as metas fiscais, o Executivo sugeriu segregar as parcelas que compõem os precatórios.

O principal da dívida continuaria a ser tratado como despesa primária, sujeito aos limites **impostos** pelo arcabouço fiscal e contabilizado na apuração da meta.

Juros e correção monetária, por sua vez, passariam a ser classificados como despesa financeira - ou seja,

umentariam o endividamento, mas não afetariam o gasto primário nem o alcance da meta.

Em primeiro lugar, tal plano comprometeria a confiabilidade das estatísticas financeiras do País, oficialmente a cargo do Banco Central (BC). A ideia distorce os conceitos mais básicos da contabilidade pública e ignora as diretrizes do manual do Fundo Monetário Internacional (FMI), para quem despesas judiciais devem ser computadas como gastos primários.

Mas a essas críticas o governo se antecipou.

Na petição, a AGU pede ao STF que empurre goela abaixo a nova classificação dos precatórios também ao BC - tipo de iniciativa que daria orgulho aos pais da contabilidade criativa que vigorou no governo Dilma Rousseff.

A correção de um erro do passado não pode ser ocasião para incorrer em um novo equívoco. Dar o devido fim à novela dos precatórios requer pagar os atrasados dentro das regras do arcabouço que o próprio governo propôs. O mecanismo tem flexibilidade para esse tipo de demanda extraordinária. O que o governo parece querer é desviar-se dos amargos gatilhos que o dispositivo impõe quando a meta é rompida.

Cheira a oportunismo o enorme esforço de comunicação que o governo fez para provar as boas intenções embutidas na proposta de regularização do pagamento dos precatórios. O secretário do Tesouro Nacional, Rodrigo Ceron, disse ao Estadão que o País está em "moratória" perante investidores. Reconhecer esse fato, no entanto, não implica justificar uma nova manobra para pagar os precatórios atrasados.

Reforçar a credibilidade do arcabouço passa por contabilizar todos os gastos de forma transparente, e não por recorrer a subterfúgios para alcançar um resultado primário sem valor de face.

Para eliminar o calote de Bolsonaro, o governo Lula parece ter optado pela maquiagem fiscal. Essa conta pode até demorar a se materializar, mas também chegará, erodindo a credibilidade das contas públicas, algo que se leva muito tempo para construir e muito pouco para perder.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Juros: BC descarta acelerar cortes

Fernanda Strickland

A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), divulgada ontem, informa que os membros do grupo "concordaram unanimemente" com a expectativa de novos cortes de 0,50 ponto percentual na taxa básica de juros nas próximas reuniões. Mas o comitê considera pouco provável uma intensificação do ritmo de alívio monetário, uma vez que isso exigiria "surpresas positivas substanciais" que elevassem a confiança na dinâmica de queda da **inflação** nos próximos meses.

Segundo o documento, essa confiança viria apenas com "uma alteração significativa dos fundamentos da dinâmica da **inflação**, como uma reancoragem mais sólida das expectativas, uma abertura contundente do hiato do produto ou uma dinâmica mais benigna do que a esperada da **inflação** de serviços".

"O Comitê seguiu avaliando que, entre as possibilidades que justificariam observarmos expectativas de **inflação** acima da meta, estariam as preocupações no âmbito fiscal, receios com a desinflação global e a possível percepção, por parte de analistas, de que o Copom, ao longo do tempo, poderia se tornar mais leniente no combate à **inflação**", diz o texto.

A ata, além disso, reforçou a preocupação com a elevação das taxas de juros de longo prazo dos Estados Unidos (veja matéria abaixo), que têm valorizado o dólar ante o real, o que é um fator de pressão inflacionária.

Dessa forma, o ritmo de 0,50 ponto percentual foi considerado pelos diretores do BC como apropriado, nas próximas reuniões, para manter a política monetária contracionista necessária ao processo desinflacionário.

Para a economista da TC investimentos Marianna Costa, o Banco Central indicou de forma clara qual deve ser o passo do ciclo de afrouxamento e reduziu de forma relevante a probabilidade de cenários alternativos. "Entendemos que a Selic chegará a 11,75% no fim de 2023 e a 10,25% em maio de 2024. O ritmo a partir daí segue em aberto, com a possibilidade de a política fiscal limitar uma queda mais expressiva", disse a economista.

Segundo o estrategista-chefe da Warren Rena, Sérgio

Goldenstein, o tom do Copom foi duro. "A ata mostrou maior preocupação com o desvio das expectativas de **inflação** com relação à meta; um julgamento de que a evolução benigna do cenário corrente de **inflação** ocorreu em consonância com o que já era esperado (e não melhor); uma descrição mais detalhada das preocupações com o cenário externo; a incerteza do mercado com relação à execução da política fiscal; e a possibilidade de uma taxa de juros neutra mais elevada", pontuou.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/27/all.pdf>

Lá fora, taxas altas "por mais tempo"

Rosana Hessel

Rio de Janeiro - Os economistas ainda estão tentando entender o comportamento da **inflação** após a crise econômica global provocada pela pandemia da covid-19, pois os componentes inflacionários atuais não estão apenas relacionados com a demanda. Além disso, os gastos dos governos continuam elevados, os rombos fiscais também, e os bancos centrais estão sendo obrigados a domarem sozinhos o dragão do custo de vida. De acordo com o economista norte-americano Paul Krugman, vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2008, as taxas de juros devem continuar elevadas por um período mais prolongado.

Segundo Krugman, apesar de os indicadores macroeconômicos, inclusive o emprego, retornarem aos patamares pré -pandemia, os juros não devem voltar aos mesmos níveis anteriores, porque a atividade econômica não entrou em recessão como o inicialmente previsto, o que é um sinal de que os bancos centrais estão dosando bem o remédio.

"Os bancos centrais estão lidando com a **inflação** aumentando os juros, mas sempre há um medo de que exageraram na dose. E, quando vemos a **inflação** controlada com aumento dos juros, sem causar uma recessão até agora, isso mostra a resiliência do mercado. São boas notícias e a única preocupação é tentar entender esse processo", afirmou o economista, ontem, em apresentação no segundo dia de palestras da 38ª Conferência Hemisférica da Federação Interamericana de Empresas de Seguros (Fides), no Rio de Janeiro. O evento é organizado pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg).

Krugman evitou fazer projeções de quando o Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) começará a reduzir os juros no país. "Talvez os bancos centrais tenham que manter as taxas de juros mais altas por mais tempo", afirmou. Na avaliação dele, a economia dá sinais de que está se curando da pandemia e que "houve cicatrização"; contudo, ainda há riscos de um corte muito rápido nos juros porque isso pode estimular a atividade e gerar mais **inflação**.

Nesse sentido, a política monetária do Brasil não é muito diferente da política dos Estados Unidos e da Europa.

"Não acho que os bancos centrais tivessem alternativa para não elevar os juros, porque a **inflação** parecia que não era resultado de demanda excessiva", afirmou

ele, reconhecendo que entender os componentes da **inflação** atual é mais complexo.

"Se fosse demanda, seria mais fácil controlá-la. Agora, se as taxas atuais fossem danosas para a economia, observaríamos uma recessão", acrescentou.

O economista norte-americano ainda ressaltou que um dos fatores que não ajudam na queda dos juros é a questão fiscal pois, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, os rombos nas contas públicas são elevados.

"Poderíamos ter taxas mais baixas se tivéssemos políticas fiscais mais rigorosas. Se não fossem os enormes deficits do governo norte-americano, o Fed não precisaria fazer todo o trabalho", frisou. Ele, contudo, evitou comentar sobre o aumento dos gastos do governo brasileiro, que estão ajudando a melhorar as projeções de crescimento da economia brasileira para perto de 3% neste ano.

A repórter viajou a convite da CNSeg

"Talvez os bancos centrais tenham que manter as taxas de juros mais altas por mais tempo" Paul Krugman, prêmio Nobel de Economia de 2008

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/27/all.pdf>

Reajuste de mensalidade escolar será maior que a inflação; média é de 9%

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Na média, as mensalidades escolares devem aumentar entre 8% e 9% no próximo ano, bem acima da **inflação** de 2023, que deve ficar em torno de 5%. É o que apontam dois levantamentos feitos com escolas e a previsão do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp). Grande parte dos colégios já iniciou o processo de matrícula, aplicando aumentos.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou agosto em 4,61% no acumulado de 12 meses. Na composição da anuidade escolar, além do reajuste de professores e funcionários, entram outros custos, como investimento em tecnologias e até em psicólogos.

Grande parte da demanda por aumentos, segundo as escolas, ainda deriva dos efeitos da pandemia de covid-19.

Conforme estudo mais recente do Melhor Escola, site de referência no setor, as mensalidades dos colégios particulares devem subir, em média, 9%, considerando 979 escolas da maioria dos Estados. Nesse universo, algumas até informaram que não farão reajuste, enquanto outras projetam 35%.

Outro levantamento, feito em julho pela empresa de gestão Meira Fernandes com 1,5 mil escolas particulares, apontou que 97% vão aumentar a mensalidade, enquanto 3% planejam manter valores atuais. A pesquisa mostrou que 38% das escolas terão reajuste entre 7% e 10%, enquanto outras 29% aumentarão entre 10% e 12%. A ponderação das médias já ficava acima de 8%.

Os dados apresentados pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp) aos mantenedores de escolas para a composição da planilha de custos também indicam aumento acima da **inflação**. Segundo o presidente, José Antonio Figueiredo Antiório, as escolas são orientadas a repassar para os custos o reajuste dos funcionários e professores, que pode chegar a 5%, mais a participação nos lucros e resultados (PLR), paga em outubro. Valores ligados ao aumento de produtividade também pesam na conta, mas esse percentual ainda será negociado.

Na sequência, devem ainda considerar outros custos para compor a planilha, como a inadimplência, cuja média está em 6,8%, conforme o sindicato.

"Há muitas novas tecnologias chegando ao Brasil, e as escolas estão incorporando. É uma competência das escolas definir o índice, mas aumentar muito também causa problema para a escola enquanto empresa.

Não estamos vendo isso acontecer", diz Antiório.

Conforme o dirigente, a maioria das escolas ainda sofre com os efeitos da pandemia, quando elas tiveram de se adaptar ao ensino remoto ou ao híbrido. "Os reflexos estão presentes, sobretudo nos aspectos pedagógico e psicológico de muitos alunos. Houve e há necessidade de reforçar quadros com profissionais, como psicólogos e terapeutas, para acompanhar os alunos, além de professores que foram treinados para dar ensino compatível às novas necessidades", diz. "Muitas escolas ainda estão pagando empréstimos que tomaram na pandemia." **NEGOCIAÇÃO**. De acordo com o presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), Eugênio Cunha, não há percentual definido para reajuste. Mas ele ressalta que os custos das escolas não acompanham a **inflação**. "A escola tem custos que podem ser maiores do que a **inflação** e isso varia de uma escola para outra.

A escola A, por exemplo, tem prédio próprio, a B tem um prédio alugado, então isso é levado em conta na planilha de cada uma", afirma. Ele lembrou que a pesquisa do Melhor Escola, a qual teve acesso, chegou a um indicador médio de reajuste de 9% que pode indicar uma tendência, mas não é um percentual obrigatório.

As escolas são livres para negociar com os pais, oferecendo descontos ou parcelando a mensalidade. "Tem escola que divide a anuidade em 13 parcelas, outras em 12, algumas dão desconto na matrícula antecipada", diz ele. "Outras dão descontos para família com mais de um filho na escola. Cada uma tem sua estratégia de negócio.

Não há regra que obrigue a fazer algo."

Formação de custo e covid Sindicato destaca aumento para funcionários, gasto com tecnologia e psicólogo e

inadimplência, hoje em 6%

*

Para advogada, pai deve analisar planilhas e pode contestar valores

Segundo a advogada Carolina Vesentini, da área de Relacionamento do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), embora não haja limite estabelecido para o reajuste, a Lei 9.870, de 1999, diz que as escolas devem justificar o aumento aos pais e responsáveis em planilha de custos. Esse documento, segundo ela, deve ser colocado à disposição dos pais mesmo que eles não peçam.

Se o pai não concordar ou encontrar discrepâncias nos valores, diz a advogada, ele pode contestar em órgãos de defesa do consumidor, como os Procons, e até na Justiça.

"A gente até incentiva que o pai verifique bem a planilha para ver se há excesso ou abusividade.

Recomendamos antes que tente resolver com a própria escola, depois no Procon e, em último caso, no Judiciário, até porque na Justiça sempre há uma demora", diz. "As escolas mais tradicionais sempre resolvem nesse contato com o pai. Se ainda assim o pai encontrar resistência na sua contestação, ele tem sempre a opção de buscar outra escola para o filho", afirma Carolina.

*

Alunos de Direito aderem à paralisação iniciada na FFLCH

Estudantes da Faculdade de Direito da USP decidiram aderir à greve de alunos iniciada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas por novas contratações de professores.

Segundo a reitoria, essa contratação está em curso de forma escalonada, até 2025.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Copom "fecha a porta" para redução maior, e mercado vê Selic em 11,75%

**THAÍS BARCELLOS EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA
I COLABORARAM DANIEL TOZZI MENDES, CÍCERO
COTRIM e EDUARDO LAGUNA/SÃO PAULO**

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central considera "pouco provável" um aumento no ritmo de cortes da Selic, tendo como base o atual passo de 0,5 ponto porcentual, e reforça a necessidade de manter uma política monetária ainda contracionista pelo "horizonte relevante", até que se consolide a convergência da **inflação** para a meta.

As duas mensagens constam da ata da reunião realizada pelo colegiado na semana passada, que terminou pela segunda vez consecutiva com uma redução de 0,5 ponto da taxa básica de juros - desta vez, de 13,25% para 12,75% ao ano.

O texto, divulgado ontem, consolidou no mercado financeiro a projeção de que a Selic pode fechar o ano em 11,75%, considerando o anúncio de mais dois cortes nas reuniões do Copom no início de novembro e em meados de dezembro.

Essa é a estimativa de 52 instituições ouvidas pelo Projeções Broadcast, de um total de 60.

Ainda pela mediana da pesquisa, o atual ciclo de cortes deve se encerrar em 2024 com a Selic em torno de 9%.

"Sem ancoragem sólida das expectativas, o Banco Central não vai alterar esse ritmo de redução na Selic", afirmou a economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória. Para ela, a ata adotou um tom mais duro, com destaque para a preocupação do BC com o cenário externo - há receio no mercado de que o Federal Reserve (o banco central americano) volte a elevar as taxas no país. "Os juros mais fortes lá fora pressionam o câmbio. Tivemos surpresas para cima nas cotações de algumas commodities, que ainda não bateram nos preços ao consumidor." A avaliação do economistachefe da G5 Partners, Luís Otávio de Souza Leal, também é de que a ata corrobora a percepção de que o BC não terá espaço para acelerar o ritmo de cortes da Selic neste ano.

"Na verdade, considerando que o final de ano vai ser bom em termos de crescimento, eu acho mais fácil o Copom reduzir o ritmo para cortes de 0,25 ponto

porcentual do que acelerar para 0,75 ponto", disse ele.

"UNANIMIDADE". Na ata, os integrantes do Copom falam em consenso sobre os próximos passos do colegiado. "Os membros do comitê concordaram unanimemente com a expectativa de cortes de 0,50 ponto porcentual nas próximas reuniões e avaliaram que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário", diz o texto divulgado ontem.

"O comitê julga como pouco provável uma intensificação adicional do ritmo de ajustes, já que isso exigiria surpresas positivas substanciais que elevassem ainda mais a confiança na dinâmica desinflacionária prospectiva." Nesse contexto, o colegiado reafirmou as condições que indicariam uma maior confiança nesse processo, como "uma reancoragem bem mais sólida das expectativas, uma abertura contundente do hiato do produto (o espaço que o PIB tem para se expandir sem que estimule uma **inflação** de demanda) ou uma dinâmica substancialmente mais benigna do que a esperada da **inflação** de serviços".

Ainda segundo o comitê, o ritmo de 0,50 ponto porcentual "conjugua o firme compromisso com a reancoragem de expectativas e a dinâmica desinflacionária e o ajuste no nível de aperto monetário em termos reais diante da dinâmica mais benigna da **inflação** antecipada nas projeções do cenário de referência".

Antes da reunião da semana passada, uma parte do mercado acreditava que poderia haver pelo menos um corte de 0,75 ponto na Selic em uma das próximas reuniões do Copom neste ano.

"DESCONFIANÇA". Durante participação no J. Safra Brazil Conference, ontem em São Paulo, o diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, disse que a "desconfiança" do mercado sobre a execução do novo arcabouço fiscal estaria impedindo a convergência das expectativas de **inflação** para a meta de 3% nos próximos anos.

Segundo Galípolo, na comparação com o início do ano surpresas positivas relacionadas à condução da política fiscal melhoraram as perspectivas e derrubaram para 0,8% as projeções dos economistas

para o déficit primário do ano que vem, como proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Ele considerou, porém, que a desancoragem parcial das expectativas de **inflação** estaria mais relacionada com o funcionamento do arcabouço do que propriamente com o cumprimento de suas metas. O diretor contou já ter ouvido no mercado investidores que preferem um cenário de déficit maior, porém com menos impulso fiscal.

"Existe ainda uma desconfiança sobre a execução do arcabouço, isto está presente", disse ele, que enfatizou que as expectativas são essenciais na condução da política monetária.

"Os membros do comitê concordaram unanimemente com a expectativa de cortes de 0,50 ponto percentual nas próximas reuniões e avaliaram que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista" Trecho de ata do Copom

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Cenário indica caminho mais difícil para o BC (Artigo)

LUIZ GUILHERME GERBELLI, REPÓRTER DE ECONOMIA

O caminho do Banco Central está mais difícil do que o mercado financeiro levava a crer há algumas semanas. A ata da última reunião do Copom reforçou o cenário de que a autoridade monetária não deve acelerar o ritmo de corte da Selic.

O roteiro a ser seguido nas reuniões de novembro e dezembro parece desenhado: cortes de 0,5 ponto percentual na taxa básica em cada encontro, levando a Selic para 11,75% ao fim deste ano.

As últimas projeções do mercado mostram que o Banco Central assumiria riscos ao dar um passo maior no corte de juros. No relatório Focus, as previsões de **inflação** para os próximos três anos estão acima da meta. Elas até recuaram em relação ao momento de mais incerteza dos investidores com o governo Lula, mas essa queda não ocorre mais. Para 2024 e 2025, por exemplo, as previsões para o IPCA estão estacionadas em 3,86% e 3,50%, respectivamente.

O centro da meta (que deve ser perseguido pela autoridade monetária) é de 3%.

As projeções e os dados recentes de **inflação** contam apenas parte desse caminho que deve ser mais difícil para o BC.

No exterior, o preço do petróleo voltou a subir e existe uma incerteza em relação ao nível das taxas de juros nos Estados Unidos. Não está descartada a possibilidade de uma nova alta pelo Federal Reserve, o que pode obrigar o BC brasileiro a manter os juros mais altos para evitar um diferencial muito baixo com a principal economia do mundo.

No campo doméstico, a dúvida é se a equipe econômica vai ser capaz de entregar os resultados fiscais prometidos. A ata do BC destacou a "importância da firme persecução dessas metas". O governo promete um primário zero no ano que vem, mas depende do Congresso para conseguir ampliar as receitas em R\$ 168,5 bilhões e alcançar esse número mágico.

Com um cenário certo de frustração de receita, o mercado não acredita no cumprimento da meta fiscal,

e se vale dos sinais de esforço da equipe econômica para tentar reduzir ao máximo o déficit das contas públicas.

Num ano em que Lula trouxe o tema da política monetária para o centro do debate político, facilitar o caminho do BC vai passar, em boa medida, pela capacidade de o governo entregar o resultado fiscal prometido - ou chegar perto dele. Sem poder contar com as receitas planejadas, o governo estará disposto a rever despesas e, eventualmente, mexer com grupos de interesse por um número fiscal melhor?

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Ação no STF pode resolver impasse dos precatórios (Editorial)

Será ainda preciso examinar as minúcias da iniciativa da Advocacia-Geral da União (AGU) para levar ao Supremo Tribunal Federal (STF) a questão das dívidas da União reconhecidas pela Justiça sem possibilidade de recurso - os precatórios. Mas, ainda que traga riscos, a ideia tem potencial para resolver um problema herdado do governo Jair Bolsonaro que só tende a se agravar no futuro.

Até 2021, a União pagava os precatórios em dia, como manda a lei. Para ter mais dinheiro à disposição, Bolsonaro obteve do Congresso permissão para adiar os pagamentos. A desculpa era a necessidade de garantir recursos a seu programa de transferência de renda, então chamado Auxílio Brasil. Com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, ficou estabelecido um teto para os pagamentos. O montante acima do limite foi empurrado para os anos seguintes.

Bolsonaro pôde gastar mais no ano eleitoral, mas deixou aos sucessores uma dívida que, com juros e correção, cresce exponencialmente. Pelos cálculos do governo, se as regras atuais não forem modificadas, o pagamento de precatórios em 2027 ficará próximo de R\$ 200 bilhões. Nesse cenário, a parte do Orçamento não engessada ficará comprometida pela necessidade de honrar as dívidas, com impacto negativo de 0,23% do **PIB** no resultado primário.

Na ação impetrada no STF, a AGU sustenta que as mudanças realizadas pelo governo Bolsonaro por meio da PEC dos Precatórios são inconstitucionais.

Se o Supremo acatar o pedido da AGU, o Tesouro Nacional terá de pagar tudo o que deve até o final do ano que vem. Para fazer isso sem provocar uma hecatombe nas contas públicas, o governo propõe uma saída engenhosa. O principal da dívida seria considerado gasto primário, entrando no cálculo do resultado fiscal. Mas os encargos - juros e correção - seriam classificados como despesa financeira, portanto não sujeita às metas fiscais.

Os precatórios a partir de 2025 seguiriam a mesma divisão.

Ainda faltam detalhes sobre como o pagamento seria feito e sobre seu impacto fiscal. Pelas estimativas do banco BTG Pactual, o estoque de precatórios a pagar

chegará a R\$ 95 bilhões no ano que vem. Se o principal dessa dívida for menor que o valor estipulado no teto de pagamento estabelecido pela PEC dos Precatórios, o governo conseguiria liberar espaço para mais gastos. Mas esse não é o cenário mais provável. Estimativas preliminares avaliam o pagamento de precatórios em R\$ 63 bilhões no ano que vem, ante um teto de R\$ 44,8 bilhões.

Para os analistas, portanto, o impacto fiscal seria positivo, pois haveria o reconhecimento de um passivo hoje fora da contabilidade.

O principal risco da proposta está na manobra sugerida pela AGU. É verdade que ela tem lastro na teoria contábil, pois juros e correção são mesmo despesas financeiras. Mas abre um precedente ao reclassificar os gastos para calcular o resultado fiscal. Diante das dificuldades para cumprir as metas de estabilização da dívida pública, o governo poderia entrar num jogo de faz de conta, mudando conceitos no papel para maquiar a realidade. Seguir por esse caminho seria um erro. Se aceitar a sugestão da AGU, o STF deveria se esforçar por impor limites à reclassificação das despesas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Alterar classificação de precatórios "não é saudável", diz Lisboa

JOÃO SORIMA NETO, GLAUCE CAVALCANTI, LETYCIA CARDOSO E GERALDA DOCA

O economista Marcos Lisboa, que foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005, no primeiro governo Lula) avalia que a estratégia de considerar os juros e a correção monetária dos precatórios como despesa financeira, portanto fora da meta fiscal, "não é saudável". Na segunda-feira, a Fazenda pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) autorize uma mudança de classificação dos precatórios, a fim de quitar um passivo de R\$ 95 bilhões.

A proposta da Fazenda divide esse total entre o principal da dívida, de R\$ 60 bilhões, que ficaria dentro da conta primária, e os juros, que são os outros R\$ 35 bilhões. Estes seriam classificados como despesa financeira, ficando de fora da meta fiscal definida para o resultado primário. Além disso, os R\$ 95 bilhões seriam custeados por um crédito extraordinário.

-Mesmo com esse tipo de criatividade (transformar parte dos precatórios em despesa financeira), a dívida cresce. Esse tipo de contabilidade não é saudável. Sou crítico desses truques. A obrigação é pagar e fazer ajustes com mais arrecadação, corte de gastos - afirma Lisboa.

Ele ressalta que os precatórios (dívidas decorrentes de decisões judiciais contra a União para as quais não há mais possibilidade de recursos) são despesas primárias que, se não forem pagas, precisam ser corrigidas com juros: -O truque é tirar um pedaço da obrigação das despesas primárias para poder ter espaço para gastos no Orçamento.

O argumento do governo é que a dívida dos precatórios caminha para se tornar uma bola de neve. A estimativa do Tesouro é que, em 2027, atinja um volume de R\$ 250 bilhões. Já a Instituição Fiscal Independente (IFI), informou o colunista do GLOBO Lauro Jardim em seu blog, avalia que pode chegar a R\$ 500 bilhões.

"MANOBRA CONTÁBIL" Se o pedido da Fazenda for aprovado, quem tem precatórios a receber será pago. Sobre o impacto mais amplo, porém, os economistas se dividem.

Os mais fiscalistas avaliam que a medida vai colaborar para o aumento da dívida pública, o que, na ponta, poderia frear investimento privado e geração de emprego, além de elevar a inflação.

-O efeito mais imediato e que penaliza sobretudo os mais pobres é na inflação. É o que o povo vai sentir diretamente no bolso - alerta Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos.

Margarida Gutierrez, do grupo de Conjuntura do Instituto de Economia da UFRJ, ressalta que o aumento da dívida pública obriga o governo a emitir títulos de dívida, daí "o juro sobe, puxando menos investimento privado, menos contratações." Tiago Sbardelotto, economista da XP, reconhece que a proposta do governo vai reduzir a pressão fiscal esperada para mais adiante.

Mas a mudança na classificação das despesas, de outro lado, criaria um outro problema, considerando que os precatórios são despesas de natureza primária.

Margarida, da UFRJ, também critica a solução: - Tirar os precatórios do gasto primário é uma manobra contábil. Isso geraria um descasamento entre o gasto primário e a dívida pública.

Vai obrigando o governo a se endividar mais. Precatórios não são despesa financeira.

Para Sanchez, da Ativa, haveria um "esfacelamento da credibilidade fiscal" do país.

Já Pedro Motta, sócio da Jive Investments, considera que o mercado vê a proposta com bons olhos: - Do ponto de vista técnico, corrige o erro incorrido pela PEC dos Precatórios (leia mais abaixo), resolvendo o problema de forma definitiva.

Além disso, a solução ajuda a restaurar a credibilidade brasileira perante os mercados doméstico e internacional no que tange à capacidade de pagamento da dívida pública.

Alessandra Ribeiro, economista e sócia da consultoria Tendências, não considera que a mudança na classificação de precatórios seja uma porta para elevar gastos.

FUX DEVE LEVAR A PLENÁRIO Depois do pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), a decisão sobre o pagamento dos precatórios passa pelas mãos do ministro Luiz Fux, relator da ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no STF. A interlocutores, ele tem dito que ainda vai analisar o processo, mas, entre escritórios de advocacia que acompanham o assunto, a aposta é de que ele não deve decidir por meio de uma decisão monocrática. A dúvida é se levará ao plenário virtual ainda este ano, o que tornaria o processo mais rápido, ou se irá esperar para levar ao plenário físico, o que praticamente empurraria o tema para o ano que vem.

A avaliação do advogado Luiz Felipe C. Dias de Souza, CIO na Jus Capital Gestão de Recursos, que tem processos na área de precatórios, a mudança de posição da AGU, na prática, fez com que a medida tomada no governo Jair Bolsonaro ficasse sem defensores no STF: -É importante esclarecer que o governo não passou a ter mais perdas com precatórios, o que houve foi que o Poder Judiciário passou a julgar esses casos com mais rapidez.

Se o governo perdeu mais, também ganhou mais. Mas apenas as perdas foram enfatizadas na gestão anterior. Espero que o STF decida rapidamente em prol da estabilidade institucional. Foi uma medida acertada da AGU.

"Esse tipo de contabilidade não é saudável. A obrigação é pagar e fazer ajustes com mais arrecadação, corte de gastos"

Marcos Lisboa, economista

ENTENDA A QUESTÃO DAS DÍVIDAS

O QUE SÃO OS PRECATÓRIOS? São dívidas decorrentes de decisões judiciais contra a União que já transitaram em julgado, ou seja, em que não há mais possibilidade de contestação. Elas vão desde processos de grandes empresas a questões previdenciárias que se arrastam há anos na Justiça.

Quando não há mais recursos judiciais, a dívida é obrigatoriamente anexada ao orçamento público.

O QUE CAUSOU O PROBLEMA? Em 2021, o governo Bolsonaro propôs alterar a forma de pagamento dos precatórios como solução orçamentária. Na época, o então ministro da Economia, Paulo Guedes, chamou a dívida de R\$ 89 bilhões em precatórios de "meteoro" que ia colidir nas contas públicas.

A PEC dos Precatórios limitou o pagamento deles ao valor quitado pelo governo federal em 2016, acrescido

da **inflação** anual. Como a cada ano o limite de pagamento é menor que o total a ser pago, as dívidas se acumulam.

"BOLA DE NEVE" Como a PEC prevê um teto anual de pagamento somente até 2026, haveria uma bola de neve a pagar em 2027. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva herdou uma dívida de R\$ 141,8 bilhões com precatórios até o fim de 2022, conforme dados do Tesouro Nacional. A estimativa é que, se nada for feito, até 2027 a União terá que desembolsar quase R\$ 200 bilhões. A Instituição Fiscal Independente (IFI) tem projeções que apontam até R\$ 500 bilhões, segundo o blog do colunista do GLOBO Lauro Jardim.

O QUE O GOVERNO QUER A proposta é quitar R\$ 95 bilhões em dívidas com precatórios recorrendo a um crédito extraordinário, fora da regra fiscal. Mas o governo também quer mudar a forma de contabilizar parte desses recursos. O principal da dívida (R\$ 60 bilhões) seriam classificados como despesa primária, e os R\$ 35 bilhões referentes aos juros, como despesa financeira - fora da regra do arcabouço fiscal. Este passaria a ser o critério daqui em diante.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

IA vai estimular mais o crescimento dos EUA do que da China, aponta estudo

Tom Hancock

A Inteligência Artificial (IA) estimulará o crescimento econômico nos EUA e outras economias avançadas, mais do que na China e nos países emergentes, contribuindo também para a disputa global entre Washington e Pequim.

Isso é o que aponta um estudo da Capital Economics que classifica os países segundo o potencial que terão de se beneficiar da IA. Os EUA lideram a lista, seguidos de Cingapura, Reino Unido e Suíça.

A China ocupa uma posição intermediária no grupo de 33 países, com sua forte capacidade de inovação e grandes investimentos em IA contrabalançados por uma postura reguladora rígida que poderá tornar mais lenta a disseminação da tecnologia de IA, diz o relatório.

"A IA deverá ajudar a economia dos EUA a manter sua primazia sobre a China em termos de **PIB** medido às taxas de câmbio de mercado", escreveram os pesquisadores da Capital Economics que incluem Mark Williams, economista-chefe para a Ásia. "A revolução da IA é outra razão para pensar que as expectativas de que a economia da China vai superar a dos EUA terão de ser ainda mais refreadas." A China também terá de contornar as restrições dos EUA às exportações de microchips usados no processamento de IA. Isso significa que o "ecossistema de IA na China vai se desenvolver independentemente do ecossistema do Ocidente", diz o relatório.

A rivalidade entre a China e os EUA pela liderança de mercado em IA poderá ter "repercussões positivas" para outros países, segundo os pesquisadores. "Se os dois lados pressionarem para que suas ferramentas de aprendizado de máquina sejam adotadas primeiro para tirar vantagem dos efeitos de rede, o resultado poderá ser uma difusão global mais rápida da tecnologia de ponta", diz o estudo.

Mas o resultado mais provável é que o uso mais amplo da IA "amplificará uma mudança na trajetória global que está em curso há algum tempo: desaceleração da taxa para que os países emergente de renda média alcancem a renda dos países desenvolvidos em comparação à "era de ouro dos mercados emergentes" nos anos 2000 e começo da década de

2010", aponta o relatório.

Isso reflete uma conclusão de economistas do Standard Chartered, que destacaram em um estudo divulgado este ano o potencial da IA de ampliar a lacuna de desenvolvimento entre as economias avançadas e os mercados emergentes.

Analistas do Goldman Sachs disseram em março que a "IA generativa" poderá levar a um salto dramático de produtividade nos EUA - de cerca de 1,5 ponto porcentual por ano ao longo de dez anos - e impulsionar substancialmente o crescimento mundial.

A Capital Economics disse que a IA deverá prejudicar o crescimento da Índia no curto prazo, em parte porque vai desacelerar o crescimento da terceirização de processos de negócios dos países desenvolvidos.

O "desaparecimento lento" desse setor poderá reduzir o crescimento da Índia em 0,3 a 0,4 ponto porcentual ao ano na próxima década, diz o estudo.

A IA também terá grandes impactos nas economias, prevê o estudo.

Ela deverá aumentar a desigualdade dentro dos países, uma vez que os benefícios acabam se revertendo mais para os donos do capital do que aos trabalhadores.

"Suspeitamos que a IA complementar a mão de obra altamente qualificada e que os retornos do capital ficarão concentrados num pequeno setor tecnológico, o que significa que a desigualdade de renda vai aumentar", afirmam os pesquisadores.

Mas a IA não deverá levar a um desemprego permanentemente mais elevado, pois devem surgir novos empregos relacionados à IA e o aumento da produtividade também poderá levar a um aumento da demanda por bens e serviços, diz a Capital Economics. Mas "é provável que haja um grande transtorno no curto prazo."

A revolução da IA deve frustrar as expectativas de que a China possa suplantar os EUA

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230926/>

Brasil avança cinco posições em ranking global de inovação

Tatiana Schnoor

O Brasil ganhou cinco posições no Índice Global de Inovação (IGI), de 2023, e encontra-se em 49º lugar entre 132 países, de acordo com o relatório divulgado nesta quarta-feira (27) pela Confederação Nacional da Indústria, que tem parceria com a autora do ranking, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Com o avanço, o Brasil se tornou o primeiro colocado entre os demais países da América Latina e Caribe, passando o Chile, líder do ranking na região em 2022.

A posição do Brasil no IGI vem melhorando, mas é considerada aquém do real potencial do país por ser uma das dez maiores economias do mundo, diz a CNI. Em 2022, o Brasil subiu três posições e ficou em 54o lugar entre 132 países. Em 2021, estava na 57a posição e em 2020, na 62a .

O resultado é promissor, uma vez que se aproxima da melhor marca alcançada no ranking, de 47a posição, em 2011, no entanto, "temos um potencial muito inexplorado para melhorar o nosso ecossistema de inovação.

Precisamos de políticas públicas modernas e atualizadas", avalia Robson Braga de Andrade, presidente da CNI.

O avanço do Brasil no IGI é resultado de uma melhora no grupo de indicadores "resultados de inovação" - categoria que indica o desempenho dos países quanto à produção científica, patentes, novos produtos, serviços e processos, entre outros. Nesse subíndice, o país conquistou quatro posições, passando de 53a, em 2022, para a 49a, este ano.

No grupo de indicadores "insumos" - que avalia as condições e elementos disponíveis para apoiar atividades de inovação, como educação, ambiente de negócios e recursos humanos especializados -, o país piorou sua posição, saindo de 58a, em 2022, para a 59a, neste ano.

Na avaliação da CNI, a diferença entre as performances em insumos e resultados de inovação aponta que o país ainda se recupera de um período de drástica redução de investimentos públicos em

Ciência, Tecnologia e Inovação (CT I).

"A brusca queda no orçamento público de investimentos em CT I inviabiliza o fomento a projetos de pesquisa e desenvolvimento, e ainda mais grave, interrompeu inúmeros projetos de pesquisa que dependem de financiamento regular e previsível", destaca Gianna Sagazio, diretora de Inovação da CNI.

Entre os avanços apontados pelo índice, o Brasil apresentou pontuações elevadas nos indicadores serviços governamentais on-line e participação eletrônica.

Destacou-se também pelo valor de 16 unicórnios - startups de tecnologia privadas e avaliadas em mais de US\$ 1 bilhão -, que representaram 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2023. Houve melhora, inclusive, em marcas registradas e valor global das marcas.

O IGI coloca o Brasil na liderança da América Latina e Caribe e em terceiro entre os cinco países do Brics - formação antes do anúncio dos seis novos integrantes do grupo feito em agosto (Irã, Arábia Saudita, Egito, Argentina, Etiópia e Emirados Árabes, aprovados para ingressar no grupo a partir de 1o de janeiro de 2024).

Assim, o país passou a Rússia (51o lugar) e a África do Sul (59o), mas ainda está bem atrás da Índia, que ocupa a 40a posição e da China, que é a 12a mais bem colocada no ranking.

Suíça, Suécia, Estados Unidos, Reino Unido, Cingapura, Finlândia, Holanda, Alemanha, Dinamarca e Coreia do Sul são apontados, nesta ordem, como as economias mais inovadoras no mundo pelo ranking.

Para seguir galgando posições, o Brasil, precisa, segundo os organizadores do IGI, estabelecer uma cultura de inovação, reforçar o apoio governamental à inovação verde, com capacidades inovadoras promissoras nas áreas de gestão de resíduos, conservação de energia e energia alternativas e transporte.

"Temos um potencial muito inexplorado para melhorar o nosso ecossistema de inovação" Robson de Andrade

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230926/>

"Cenário externo é essencial para o orçamento de cortes da Selic"

Victor Rezende De São Paulo

O momento não é propício para uma aceleração do ritmo de redução da Selic e o cenário externo, que foi apresentado com maior preocupação pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, é "absolutamente essencial" para definir até onde os juros poderão cair no atual ciclo. É o que defende o economista- chefe da Genoa Capital, Igor Velecico, que, em entrevista ao Valor, diz ter gostado da ata, além de ter classificado o documento como "sóbrio".

"Conseguimos ver até mesmo um cenário de juros americanos perto de 5%, 5,5% até o fim do próximo ano. Se tivermos esse nível, seria possível baixar a Selic até mais ou menos 9% e ter só 4 pontos percentuais de diferença em relação aos juros dos EUA?", questiona Velecico. No cenário básico da gestora, o Copom deve efetuar cortes de 0,5 ponto na Selic até levar a taxa básica a 9,25%, "mas a assimetria é claramente para cima".

Valor: Qual a avaliação sobre a ata do Copom?

Igor Velecico: Gostei bastante da ata; foi bem sóbria. O argumento principal que permeia a ata é o de que houve uma queda muito grande da inflação cheia, liderada por itens voláteis, e isso fez os núcleos e a inflação de serviços caírem.

A sensação era a de que o problema inflacionário estava resolvido, mas, quando olhamos à frente, para os fundamentos dessa desinflação, já tínhamos dúvidas sobre se eles seguiriam apontando para a continuidade dessa desinflação.

A ata trouxe um debate nesse sentido.

Temos dúvidas sobre a dinâmica da desinflação: o hiato do produto está constantemente sendo revisado para cima; o mercado de trabalho continua bastante aquecido, o que pode ensejar reajustes salariais; e o consumo está muito forte, a economia não desacelerou.

Quando olhamos para os cortes de juros já contratados, reaceleração do crédito e do próprio PIB, temos preocupação.

Valor: A chance de aceleração do ritmo de cortes

perdeu força?

Velecico: Definitivamente, a questão de acelerar o passo não é para agora. É muito mais uma discussão de avaliar o quão antes o BC precisa interromper o ciclo de corte de juros para garantir que consegue entregar, de fato, alguma desaceleração da atividade que consiga gerar uma desaceleração da inflação. E ainda tem uma preocupação do BC com as expectativas inflacionárias, que estão paradas em 3,5%. Há uma insatisfação de que isso persista. Vimos um recuo antes do Copom de agosto, mas isso se deveu à manutenção da meta.

Agora as expectativas estão paradas e continuam desancoradas.

Valor: A ata mostrou preocupação maior com o cenário externo...

Velecico: O cenário externo é absolutamente essencial para se pensar no "orçamento" de cortes da Selic, sobre até onde o Copom pode cortar os juros. A economia americana está muito resiliente e tem apresentado uma desaceleração muito tênue do mercado de trabalho.

Isso levou o Fed a sinalizar que vai demorar um pouco mais para cortar os juros e conseguimos ver até mesmo um cenário de juros americanos perto de 5%, 5,5% até o fim do próximo ano. Se tivermos esse nível, seria possível baixar a Selic até mais ou menos 9% e ter só 4 pontos percentuais de diferença em relação aos juros dos Estados Unidos? Das outras vezes tivemos um movimento no câmbio que não foi pequeno. E, se os juros não podem cair muito abaixo de 10%, é preciso discutir uma aceleração do ritmo? O Copom tem olhado isso com atenção. Se seguir o Focus, o diferencial de juros ficaria muito baixo caso os Fed funds terminem 2024 perto de 5%, 5,5%.

Valor: O câmbio, ao menos até o momento, tem respeitado o nível de R\$ 5 por dólar...

Velecico: Não temos uma visão muito clara do câmbio; o movimento tem sido muito externo, de dólar forte contra as outras moedas.

E esse movimento, em parte, está associado ao ciclo dos juros americanos, que ainda não acabou.

Vemos o diferencial de crescimento, as taxas americanas mais altas por mais tempo... Naturalmente isso é ruim para as moedas emergentes como um todo. Já estivemos um pouco mais preocupados quando não existia nenhum suporte da economia chinesa. Claro que é difícil avaliar as medidas que foram implementadas, mas a adoção delas já nos ajuda.

Uma desaceleração controlada da China tende a tirar um pouco desse viés negativo para emergentes, ainda que a pressão dos EUA continue.

Valor: O Copom também deu destaque para a discussão sobre a política fiscal...

Veleticco: Ele mudou a avaliação de como o mercado olha para a questão fiscal. A dúvida é se o governo conseguirá ou não entregar as metas e eu acho que é uma visão bem sensata sobre o processo. Estamos com uma cabeça mais pessimista desde o último mês. Não é uma questão da disposição da Fazenda de entregar as metas, mas uma avaliação geral das regras fiscais.

Não vimos quase ninguém mencionar o acionamento dos gatilhos, as regras de contingenciamento que existem para o governo entregar as metas; os dados de arrecadação estão piorando tanto no nível macro quanto no nível micro, já que algumas medidas que deveriam gerar arrecadação grande não estão tendo esse efeito; e há o surgimento de uma série de pautas-bomba no Congresso, que envolvem desoneração e aumento de gastos em um momento que não requer mais estímulo fiscal.

Valor: Uma discussão sobre as metas fiscais do arcabouço pode pesar nos ativos?

Veleticco: O receio no mercado é sobre se uma possível discussão das metas de resultado primário do arcabouço será de forma organizada ou desorganizada. Um processo desorganizado vai fazer preço no mercado, mas se for de maneira organizada, com algum acionamento de gatilhos e que mostre algum comprometimento com a política fiscal, o mercado pode passar por cima disso. No momento, vemos um déficit de R\$ 130 bilhões do governo central neste ano e de R\$ 97 bilhões em 2024.

Valor: E em relação às projeções para a Selic?

Veleticco: Vemos cortes de 0,5 ponto percentual até o juro cair a 9,25%, mas a assimetria é claramente para cima. É mais ou menos o que o mercado precifica hoje, mas o risco é de ficarmos mais perto de um juro de 10% do que discutirmos uma Selic de 8,5%.

"Não temos uma visão muito clara do câmbio; o movimento tem sido muito externo" Igor Veleticco

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187670>